

CENTROS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS DO DISTRITO FEDERAL: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA*

OLYMPIC AND PARALYMPIC CENTERS OF THE FEDERAL DISTRICT: A POLICY ANALYSIS

CENTROS OLÍMPICOS Y PARALÍMPICOS DEL DISTRITO FEDERAL: UN ANÁLISIS DE LA POLÍTICA

Danielle Batista de Moraes¹

talkdani@hotmail.com

Claudia Catarino Pereira²

claudiacatarinop@gmail.com

Eliane Elicker³

elielicker@gmail.com

Rafael Alberto Moore²

rafael.a.moore@outlook.com

Pedro Fernando Avalone de Athayde²

pedroavalone@gmail.com

Fernando Mascarenhas Alves²

fernandom@unb.br

¹Instituto Federal de Goiás (IFG)

²Universidade de Brasília (UNB)

³Universidade Federal do Acre (UFAC)

PALAVRAS-CHAVE: *esporte; política; terceiro setor.*

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo compreender a configuração, a gestão e o controle democrático dos Centros Olímpicos e Paralímpicos (COPs) do Distrito Federal a partir do olhar dos professores. O programa realiza uma gestão concentrada no âmbito governamental, porém uma execução descentralizada para o terceiro setor.

* O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.



Tais características nos levam a problematizar algumas questões sinalizadas por Gramsci (1991) e Carneiro (2013), tais como a difusão de uma concepção de mundo baseado em uma hegemonia política e cultural, atualmente neoliberal que reforça os interesses particulares (em grande parte das classes dominantes) e a articulação de políticas focais e precarizadas. Há um processo de conformação das massas ao projeto do bloco no poder, mediado pela unidade dialética entre estrutura e superestrutura, na formação/emergência de um novo bloco histórico (o neoliberal). Influenciando a ideia de que não tem sentido falar em antagonismos de classe, a política social passa a ser terceirizada e se relaciona muito mais com a prestação de serviço do que oferecer em plenitude os direitos sociais.

METODOLOGIA

Partimos da proposta de análise e avaliação de Boschetti (2009), utilizando apenas os aspectos de abrangência e alcance de direitos e gestão e controle democrático. Como procedimentos metodológicos, realizamos, estudo bibliográfico de Gramsci (1991) e Carneiro (2013), levantamento documental (legislações e diretrizes do programa) e uma pesquisa de campo, onde entrevistamos dois professores de duas unidades dos COPs. Em seguida, analisamos os discursos dos professores a partir do referencial teórico selecionado.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Para o primeiro aspecto analisado, há uma tensão entre o discurso e a prática. Os professores entendem que o objetivo dos COPs é o esporte na dimensão de participação, mesmo que a realidade apresente a prioridade para o esporte de alto rendimento, como verificado por Carneiro (2013). Além disso, consolidam um discurso de que o esporte é um mais um meio do que um fim, atribuindo-o funções de inclusão, melhoria da qualidade de vida e saúde e redução das mazelas sociais. O que impede a compreensão de que o esporte é um elemento cultural que deve ser apropriado por todos, para suprir uma necessidade de segunda ordem para a construção da cidadania (CASTELLANI FILHO, 2007).

No segundo aspecto, há a relação entre Estado e terceiro setor e a participação e controle social. O programa possui o terceiro setor envolvido na execução da atividade fim. Para os professores, essa relação sinaliza desvantagens, como a desvalorização do professor de Educação Física. Tais desvantagens sinalizadas são sinais do enfraquecimento da política pública em questão, quando se propaga um Estado mais financiador do que executor, o que limita o direito ao esporte e ao lazer que deveria ser concretizado pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As entrevistas com os professores demonstraram o esporte como um meio paliador das mazelas sociais, vulnerabilidade social, qualidade de vida e saúde, configurando-se como uma política focalizada uma vez que é voltada para uma parte da população e nesse sentido trazendo poucas contribuições para o esporte como direito de todos. A relação entre os COPs e o terceiro setor de acordo com os professores se configura como desvantajosa pela desvalorização do professor de Educação Física. Verifica-se a desresponsabilização estatal que limita o direito ao esporte e ao lazer.

REFERÊNCIAS

- CARNEIRO, F. H. S. *A Política de esporte no Distrito Federal: Centros Olímpicos, "terceiro setor" e focalização*. Repositório da UnB (Dissertação de Mestrado), 2014.
- CASTELLANI FILHO, L. *O projeto social, esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação*. In: CASTELLANI FILHO, Lino (Org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8. ed. R.J., Ed. Civilização Brasileira, 1991.

